As políticas de propriedade intelectual das organizações internacionais de normalização¹

The intellectual property policies of international Standard-setting organizations (SSO)

Fabiola Wust Zibetti²

Paulo Roberto Ramos Alves³

Resumo

As normas técnicas internacionais são padrões com reconhecimento internacional que são criados com o propósito de assegurar que os produtos e serviços sejam seguros, confiáveis e de alta qualidade, servindo de referência para as normas e regulamentos técnicos nacionais. No entanto, se os países optam por utilizar as normas técnicas internacionais para estabelecer suas normas e regulamentos técnicos domésticos, e as normas internacionais se encontram revestidas de direitos de propriedade intelectual – que são direitos exclusivos privados -, a efetiva aplicação das normas internacionais no plano nacional depende da licença dos titulares desses direitos, nos termos e condições por eles impostos. Nesse sentido, se os titulares de direitos não estão dispostos a conceder licenças em termos justos, razoáveis e não discriminatórios (FRAND), ou se recusam a conferir tal autorização de uso da tecnologia, os usuários das normas encontram dificuldades ou, ainda, ficam impossibilitados de utilizar uma determinada norma técnica internacional. Considerando a complexidade que esta situação gera para a adoção de normas técnicas internacionais, este estudo tem como objetivo analisar as políticas de

¹ Recebido: 20/06/2023. Aprovado: 28/11/2023.

² Acadêmica do Instituto de Estudios Internacionales da Universidad de Chile, Chile. Doutora em Direito pela Universidade de São Paulo. Com estágios de pós-doutorado na Universidade de São Paulo e na Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: fabiola.wust@uchile.cl

³ Paulo Roberto Ramos Alves: Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2015) com estágio pós-doutoral na Universidade de Passo Fundo (2016). Atualmente é professor e coordenador adjunto do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Passo Fundo, professor na Universidade do Oeste de Santa Catarina e advogado. E-mail: pauloalves@upf.br

propriedade intelectual – em matéria de patentes, programas de computador e medidas aplicadas com o propósito de fomentar a adequada adoção das normas técnicas internacionais que incorporam tecnologias protegidas por direitos de propriedade intelectual em suas especificações técnicas.

Palavras-chave: Comércio Internacional; Direitos de Autor; Marcas; Normas técnicas internacionais; Patentes; Programas de computador; Propriedade intelectual.

Abstract

International technical standards are standards with international recognition that are created with the purpose of ensuring that products and services are safe, reliable and of high quality, serving as a reference for national technical standards and regulations. However, if countries decide to apply international technical standards to establish their domestic technical standards and regulations, and international standards are covered by intellectual property rights (which are exclusive private rights), the effective application of international standards at the domestic level depends on the license of the holders of these rights, under the terms and conditions imposed by them. In this sense, if rights holders are not willing to grant licenses on fair, reasonable and non-discriminatory terms (FRAND), or refuse to grant such authorization to use the technology, users of the standards encounter difficulties or are even unable to do adopt a certain international technical standard. Considering the complexity that this situation generates for the adoption of international technical standards, this study aims to analyze the intellectual property policies – in matters of patents, computer programs and trademarks - of international technical standardization bodies, observing the measures applied with the purpose of promoting the adequate adoption of international technical standards that incorporate technologies protected by intellectual property rights in their technical specifications.

Keywords: Computer programs; Copyright. Intellectual property; International technical standards; International Trade; Patents; Trademarks.

Introdução

A importância das normas técnicas para comércio tem se acentuado cada vez mais no âmbito doméstico e internacional. Com os crescentes esforços de interoperabilidade fomentados pela quarta revolução industrial, a normalização técnica assume um protagonismo especial para a economia dos países, especialmente se considerar a convergência tecnológica para a digitalização. Essa situação justifica os debates internacionais que se incrementam em torno às patentes essenciais às normas técnicas, conhecidas em inglês como SEP (“Standards Essential Patents”). Além das patentes

essenciais para implementação de normas técnicas, também são cada vez mais essenciais outros direitos de propriedade intelectual, como marcas, programas de computador, direitos de autor, entre outros, que podem estar vinculados às normas técnicas, ou mesmo a regulamentos técnicos, nacionais e internacionais.

No âmbito do Sistema Multilateral de Comércio, a preocupação dos Membros da Organização Mundial de Comércio (OMC) em incentivar o estabelecimento de padrões tecnológicos comuns nos diversos países através das normas técnicas internacionais - como um instrumento para evitar o incremento das barreiras técnicas e promover a facilitação do fluxo internacional de bens, serviços, investimentos e tecnologias - se materializa em diversos acordos, como o Acordo sobre Barreiras Técnicas (TBT). Contudo, o elevando número de direitos de propriedade intelectual declarados nas normas técnicas internacionais geram preocupações constantes, principalmente em decorrência dos elevados custos, tensões e conflitos que resultam dessa situação, impactando muitas vezes de forma negativa a implementação das normas técnicas internacionais e, por efeito, o comércio.

Se os países devem obrigatoriamente⁴ utilizar as normas técnicas internacionais para estabelecer suas normas e regulamentos técnicos domésticos, e as normas internacionais se encontram revestidas de direitos de propriedade intelectual – que são exclusivos privados -, sua efetiva aplicação no plano doméstico depende da licença dos titulares desses direitos, nos termos e condições por eles impostos. Nesse sentido, se os titulares de direitos não estão dispostos a conceder licenças em termos justos, razoáveis e não discriminatórios (FRAND), ou se recusem a conferir tal autorização de uso da tecnologia, os usuários das normas encontram dificuldades ou, ainda, ficam impossibilitados de utilizar uma determinada norma técnica internacional.

Considerando a complexidade que esta situação gera para a adoção de normas técnicas internacionais, este estudo tem como objetivo analisar as

⁴ ZIBETTI, F.W.; PILAU SOBRINHO, L.L.; GARCIA, M.L. A obrigatoriedade das normas técnicas internacionais no âmbito do Sistema Multilateral de Comércio. **Sequência**, v. 39, p. 169-194, 2018.

políticas de propriedade intelectual dos organismos internacionais de normalização técnica, observando as medidas aplicadas com o propósito de fomentar a adequada adoção das normas técnicas internacionais que incorporam tecnologias protegidas por direitos de propriedade intelectual em suas especificações técnicas.

1. As organizações internacionais de normalização

No âmbito da OMC, o Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (Acordo TBT) reconhece como organizações internacionais de normalização àquelas que estão abertas à participação dos organismos de normalização de pelo menos todos os Membros da OMC.⁵ Nesse sentido, o Acordo TBT faz referência a algumas organizações, como a Organização Internacional de Normalização (conhecida como ISO) e a Comissão Eletrotécnica Internacional (IEC), cujo Guia sobre Termos Gerais e suas Definições Referentes à Normalização e Atividades Correlatas serve de base para o referido Acordo.⁶

Também o Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (Acordo SPS)⁷ apresenta uma lista indicativa, que faz menção direta à Comissão do *Codex Alimentarius*, ao Escritório Internacional de Epizootias e às organizações que operam no contexto da Convenção Internacional sobre Proteção Vegetal. O texto do Acordo General sobre o Comércio de Serviços (GATS)⁸ refere-se nesse sentido à União Internacional de Telecomunicações (ITU).

Há várias outras organizações internacionais de normalização

⁵ Parágrafo 4, Anexo I, Acordo TBT. OMC - ORGANIZACIÓN MUNIAL DEL COMERCIO. **Acuerdo Sobre Obstáculos Técnicos al Comercio**. 1994. Disponível em: https://www.wto.org/spanish/docs_s/legal_s/17-tbt.pdf Acesso em: 20 mai. 2023.

⁶ Anexo I, Acordo TBT. Sobre o tema ver também MATSUSHITA, Mitsuo; SCHOENBAUM, Thomas J.; MAVROIDIS, Petros C. **The World Trade Organization: Law, Practice, and Policy**. New York: Oxford University Press, 2006. p. 489.

⁷ OMC. **Acuerdo Sobre la Aplicación de Medidas Sanitarias y Fitosanitarias**. 1994. Disponível em: https://www.wto.org/spanish/docs_s/legal_s/15-sps.pdf Acesso em: 20 mai. 2023.

⁸ OMC. **Acuerdo General Sobre El Comercio De Servicios**. 1994. Disponível em: https://www.wto.org/spanish/docs_s/legal_s/26-gats.pdf Acesso em: 20 mai. 2023.

reconhecidas no mundo, no entanto, nem todas possuem políticas internas concernentes à propriedade intelectual.⁹ Dentre as organizações que possuem estas políticas, destacam-se a ISO, a IEC e a ITU, que possuem um relevante papel no comércio internacional e que já na década de 1970 estavam envolvidas na busca de soluções para os problemas gerados com os direitos de propriedade intelectual relacionados às normas técnicas¹⁰.

Com o propósito de evitar que as normas técnicas internacionais tenham por efeito criar barreiras desnecessárias ao comércio internacional e incentivar as empresas a contribuírem com os frutos de seus esforços em pesquisa e desenvolvimento, essas organizações adotaram diretrizes relacionadas à incorporação de direitos de propriedade intelectual em suas normas. Com isso, elas buscam o equilíbrio necessário entre os usuários das normas e os titulares desses direitos – protegidos em distintos países do mundo -, que contribuem

⁹ Na prática, a adoção dessas políticas ainda se limita a um número restrito de organizações internacionais. Por conta dessa situação, no âmbito de algumas organizações os problemas deixam de encontrar uma solução clara e objetiva, como passou no caso da proposta de criação de uma norma sobre o queijo parmesão na Comissão do *Codex Alimentarius*. A oposição da Comunidade Europeia na 28ª Sessão do Codex Alimentarius em Roma, em 2005, ressaltou para a inexistência de diretrizes no trabalho da organização em relação à propriedade intelectual relacionadas às normas técnicas (EUROPEAN COMMUNITY. **European Community Position on the Proposal for a Standard on Parmesan Cheese**. Agenda item 13, ALINORM 05/28/9D Add.1. European Community vote. Codex Alimentarius Commission (28th Session), Rome, 4-6 July 2005. 22 June 2005). Ver ainda: ZIBETTI, Fabíola Wüst; BRUCH, Kelly Lissandra. La tensión inherente a la relación entre los derechos de propiedad intelectual y las normas técnicas: alternativas a las organizaciones de normalización en el sector vitivinícola. In: **33º World Congress of Vine and Wine Proceedings**. 8th General Assembly of the OIV. Tbilisi, 2010, vol. OR.III.

¹⁰ Também o *Codex Alimentarius* inclui em seu manual de procedimento provisões em matéria de propriedade intelectual. Nesse sentido, ver: CODEX ALIMENTARIUS COMMISSION. Joint FAO/WHO Food Standards Programme. Codex Committee on General Principles. **Matters Arising From The Codex Alimentarius Commission And Other Codex Committees**. CX/GP 12/27/2-Add.1. Twenty-seventh Session, Paris, France, 2 – 6 April 2012. Disponível em: https://www.fao.org/fao-who-codexalimentarius/sh-proxy/en/?Ink=1&url=https%253A%252F%252Fworkspace.fao.org%252Fsites%252Fcodex%252FShared%2BDocuments%252FArchive%252FMeetings%252FCCGP%252Fccgp27%252Fgp27_02_Add1e.pdf Acesso em: 20 mai. 2023. Alguns debates anteriores no âmbito do *Codex Alimentarius* podem ser observados em: CODEX ALIMENTARIUS COMMISSION. Joint FAO/WHO Food Standards Programme. **Questions raised by the Codex Committee on Milk and Milk Products** (Sixth Session, Auckland, New Zealand, 26-30 April 2004). Twenty-eighth Session, FAO Headquarters, Rome, 4 – 9 July 2005. Disponível em: https://www.fao.org/fao-who-codexalimentarius/sh-proxy/en/?Ink=1&url=https%253A%252F%252Fworkspace.fao.org%252Fsites%252Fcodex%252FShared%2BDocuments%252FArchive%252FMeetings%252FCAC%252Fcac28%252Fif28_16e.pdf Acesso em: 20 mai. 2023.

para o desenvolvimento de normas técnicas com tecnologias atualizadas, que reflitam o estado da técnica em escala global.

As medidas por essas organizações têm como objetivo ampliar a transparência do processo de normalização técnica internacional, juntamente com proporcionar maior acessibilidade às normas e às tecnologias protegidas incorporadas nas normas técnicas internacionais. Desta forma, de um lado, buscam que suas normas alcancem uma aplicação em escala global, sem criar obstáculos ao comércio, e, de outro, visam respeitar os direitos de propriedade intelectual daqueles que colaboram no processo de normalização internacional.

Ademais, as organizações internacionais de normalização reconhecem os direitos de autor sobre suas normas técnicas e buscam assegurar que seus direitos sejam respeitados pelos usuários. No caso da ISO e da IEC, o acesso ao conteúdo das normas é restrito. Para consulta e utilização, os usuários precisam comprar as normas técnicas. Como sua aquisição não implica no direito de reprodução, se o usuário tiver necessidade de realizar cópias, ele deve obter licença para tal.

O principal fundamento que justifica essa postura – criticada por alguns estudiosos do assunto¹¹ – é que a venda de normas técnicas consiste em uma importante fonte de financiamento desses organismos internacionais de normalização.¹² No caso da ITU-T, as normas técnicas, em geral, são disponibilizadas para *download* na própria página de Internet da organização, isentas de custos,¹³ salvo algumas normas em particular que somente se encontram a disposição dos membros da organização. O livre acesso às normas serve como um importante incentivo para promover seu amplo uso,

¹¹ SAMUELSON, Pamela. Questioning Copyrights in Standards. **Intellectual Property Law Review**. St. Paul, Thomson West, pp. 445-476, 2007.

¹² Parágrafo 2.13, **ISO/IEC Directives, Part 1**, 2021 (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION; INTERNATIONAL ELECTROTECHNICAL COMMISSION. **ISO/IEC Directives. Part 1: Procedures for the technical work**. 17 ed. Genebra: ISO/IEC, 2021. Disponível em: https://www.iec.ch/members_experts/refdocs/iec/isoiecdir1%7Bed17.0%7Den.pdf Acesso em: 20 mai. 2023).

¹³ Ver INTERNATIONAL TELECOMMUNICATIONS UNION. **Intellectual Property Rights (IPRs)**. Disponível em: <https://www.itu.int/en/ITU-T/ipr/Pages/default.aspx> Acesso em: 20 mai. 2023.

especialmente nos países em desenvolvimento.

Sem buscar aprofundar a análise das políticas de direitos de autor das organizações internacionais de normalização sobre suas próprias normas técnicas, neste trabalho analisam-se as políticas e diretrizes em matéria de patentes, marcas e programas de computador adotadas pelas organizações – ISO, IEC e ITU-T – em relação aos direitos de propriedade intelectual de terceiros vinculados às normas técnicas internacionais.

2. Políticas de patentes

Desde suas origens, as organizações internacionais de normalização já se preocupavam com os problemas que a propriedade intelectual, em especial em matéria de patentes¹⁴, poderia ocasionar com sua incorporação nas normas técnicas. Especialmente na década de 1970 este tema passou a receber mais atenção. Em comunicação de maio de 1976, o Diretor do Comitê Consultivo Internacional de Telegrafia e Telefonia (CCITT), atual Setor de Normalização da ITU (ITU-T), manifestou sua preocupação a respeito do aumento do número de patentes relacionadas às técnicas e procedimentos em suas normas. Os casos que costumavam ser raros naquele período estavam se tornando crescentes. Uma situação indesejável por ele, indicada de forma ilustrativa, seria um membro tomar a iniciativa subsequente de solicitar uma patente cujos detalhes refletissem os resultados diretos do trabalho dos grupos de estudos e comitês técnicos.¹⁵

Considerando esse cenário, e reconhecendo os potenciais efeitos negativos da inclusão de patentes envolvidas em suas normas, naquele ano, o CCITT adotou informalmente um “código de práticas” em matéria de patentes¹⁶,

¹⁴ Ver: GONZÁLEZ ULLOA, Adán Carlos. **Las patentes esenciales en los estándares tecnológicos: prevención y reacción frente a las conductas oportunistas**. Navarra: Thomson Reuters Aranzadi, 2021.

¹⁵ COMITÉ CONSULTATIF INTERNATIONAL TÉLÉGRAPHIQUE ET TÉLÉPHONIQUE. VI Plenary Assembly. Document n° 60. **Patent Policy**. Genebra: CCITT, 1976.

¹⁶ COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES. COM(92) 445 final. **Communication from de Commission: Intellectual property rights and standardisation**. Bruxelas: 27 October 1992. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:1992:0445:FIN:EN:PDF> Acesso em: 20 mai. 2023.

baseado nas regras de procedimento da ISO e da IEC de 1970¹⁷. Em 1987, a CCITT adotou uma Declaração sobre Política de Patentes, com o objetivo de assegurar que as recomendações do Comitê, sua aplicação e uso estejam acessíveis em escala mundial. O documento recomendava evitar a inclusão de direitos exclusivos nas recomendações do Comitê.¹⁸ Em 1996, a ITU-T, sucessora da CCITT, adotou um Código de Prática sobre Patentes¹⁹. Finalmente em 1999, foi oficialmente introduzido um Estatuto de Patentes na ITU.

Esse estatuto sofreu algumas alterações no decorrer dos anos, até que, em 2007, a ITU juntamente com a ISO e a IEC adotaram em comum um Código de Boas Práticas em matéria de patentes. Dessa forma, as organizações alinharam suas práticas, sob a bandeira da Cooperação Internacional sobre Normas (WSC, em inglês), por meio de um enfoque harmonizado em relação à incorporação de patentes nas normas técnicas.²⁰

Em termos gerais, essa política comum estabelece diretrizes gerais a respeito da divulgação e dos termos e condições de licenciamento das patentes essenciais às normas das respectivas organizações. Com o objetivo de fomentar a divulgação das tecnologias patenteadas antes da adoção da norma, a política estipula que as partes que participem no processo de normalização devem, tão logo seja possível, comunicar a organização sobre qualquer patente ou pedido de patente do qual tenham conhecimento e que seja essencial à norma em desenvolvimento. Nesse caso, a recomendação aplica-se tanto para as patentes e pedidos dos quais as partes sejam titulares ou de terceiros. Requer-se, sempre que possível, a divulgação adequada das informações, porém, não se exige que

¹⁷ COMITÉ CONSULTATIF INTERNATIONAL TÉLÉGRAPHIQUE ET TÉLÉPHONIQUE. CCITT Circular n. 183, A. 29/11, 3 December 1975. **Uniformization of Patent Policy within the various CCITT Study Groups**. Genève: ITU-T – CCITT, 1975.

¹⁸ COMITÉ CONSULTATIF INTERNATIONAL TÉLÉGRAPHIQUE ET TÉLÉPHONIQUE. Special Study Group S. Temporary Document n. 5-E. **Extract of the Report of the meeting of CCITT Study Group**. Annex 4 – Statement on CCITT Patent Policy. Geneva, 1-3 September 1987. Geneva, 7-16 December 1987.

¹⁹ CCITT. Circular n. 183, A. 29/11, 1975.

²⁰ INTERNATIONAL TELECOMMUNICATIONS UNION; INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION; INTERNATIONAL ELECTROTECHNICAL COMMISSION. **Common Patent Policy for ITU-T/ITU-R/ISO/IEC**. 2007. Disponível em: <https://www.itu.int/en/ITU-T/ipr/Pages/policy.aspx> Acesso em: 20 mai. 2023. Ver ainda parágrafo 2.14, ISO/IEC Directives, Part 1, 2021.

as partes realizem buscas em bases de patentes. Além das partes que participam do processo, qualquer pessoa que não esteja envolvida no processo também pode comunicar essas informações às organizações.²¹

Na ocasião em que uma patente essencial é comunicada, a parte que informa deve ainda apresentar um formulário de declaração de licenciamento de patentes, no qual opta por uma alternativa de licenciamento padronizado. No caso em que a comunicação se refira a uma patente de terceiro, esse será contatado pela organização com o propósito de se manifestar e apresentar sua declaração de patentes.²²

O formulário de declaração de licenciamento contempla três opções a serem escolhidas pelo titular ou pela pessoa que tenha o direito de conceder licenças sobre a patente essencial à norma.²³ Nas duas primeiras opções, o titular manifesta sua disposição de conceder licenças gratuitas, ou não, sobre bases não discriminatórias e em termos e condições razoáveis. Na terceira opção, o titular não se compromete a licenciar a tecnologia em condições razoáveis e não discriminatórias, tão somente é incentivado a apresentar as informações a respeito de suas patentes vinculadas às normas²⁴.

Essas modalidades de licenciamento conhecidas sob as siglas FRAND e RAND – que significam respectivamente *fair, reasonable, and non-discriminatory terms* (FRAND) e *reasonable e non-discriminatory terms* (RAND)

²¹ **Common Patent Policy for ITU-T/ITU-R/ISO/IEC**, 2007.

²² **Common Patent Policy for ITU-T/ITU-R/ISO/IEC**, 2007.

²³ As opções de licenciamento são as seguintes: Opção 1: o titular da patente está disposto a conceder uma licença gratuita a outras partes em bases não discriminatórias e em termos e condições razoáveis. As negociações são deixadas para as partes envolvidas e devem ser realizadas fora de ITU-T/ITU-R/ISO/IEC. Opção 2: o titular da patente está disposto a conceder uma licença a outras partes em bases não discriminatórias e em termos e condições razoáveis. Também as negociações são deixadas para as partes envolvidas e fora de ITU-T/ITU-R/ISO/IEC. Do mesmo modo que a primeira opção, esta prevê a alternativa de o titular conceder a licença somente sob reciprocidade. Opção 3: o titular da patente não está disposto a conceder licenças de acordo com as condições previstas nos itens (1) ou (2). Se o titular não está disposto a cumprir com essas condições, a norma não deve incluir especificações cuja aplicação dependa da patente. (**Common Patent Policy for ITU-T/ITU-R/ISO/IEC**, 2007). Ver ainda: ITU-T/ITU-R/ISO/IEC. **Guidelines for Implementation of the Common Patent Policy for ITU-T/ITU-R/ISO/IEC** (applicable as from 16 December 2022). Disponível em: <https://www.itu.int/oth/T0404000001/en> Acesso em: 20 mai. 2023. ITU-T/ITU-R/ISO/IEC. **Patent Statement and Licensing Declaration form** (2 November 2018). Disponível em: <https://www.itu.int/oth/T0404000002/en> Acesso em: 20 mai. 2023.

²⁴ **Common Patent Policy for ITU-T/ITU-R/ISO/IEC**, 2007

– têm se tornado uma prática cada vez mais usada pelas organizações de normalização. Contudo, a exata definição desses termos ainda apresenta lacunas e dificuldades quanto a sua interpretação pelos diversos atores envolvidos no processo. Uma preocupação que se acentua faz décadas, sendo inclusive objeto de análise pela *White House*, nos Estados Unidos, durante o governo de Obama,²⁵ com importantes debates ao longo dos anos²⁶, e atualmente tem sido objeto de intensos debates na União Europeia, onde se trabalha na adoção de um novo marco para as patentes essenciais.²⁷

Já no terceiro caso, em que o titular não se compromete a licenciar a tecnologia em condições razoáveis e não discriminatórias, a política prevê que as normas não devem incluir disposições que dependam das respectivas patentes. Portanto, a organização aconselha ao comitê técnico responsável pela elaboração da norma que tome as devidas precauções de forma a eliminar possíveis pontos de conflito com as patentes ou pedidos de patente cuja licença não foi assegurada.²⁸

As informações prestadas pelos titulares de patentes, juntamente com as opções de licenciamento são disponibilizadas nas respectivas bases de dados de patentes pelas organizações, as quais não se comprometem a proporcionar informações fidedignas ou abrangentes sobre a evidência, validade ou escopo

²⁵ US WHITE HOUSE. Executive Office of the President. **Patent Assertion And U.S. Innovation**. June 2013. Disponível em: https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/docs/patent_report.pdf Acesso em: 20 mai. 2023. Ver ainda: Bosworth, D. Scott; Mangum III, Russell W.; Matolo, Eric C. (Ed.). **FRAND Commitments and Royalties for Standard Essential Patents: Standard Essential Patents and Competition Issues**. Singapore: Springer, 2018.

²⁶ Ver: USPTO - U.S. PATENT AND TRADEMARK OFFICE; NIST - NATIONAL INSTITUTE OF STANDARDS TECHNOLOGY; DOJ - U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE, Antitrust Division. **Withdrawal Of 2019 Policy Statement on Remedies For Standards-Essential Patents Subject To Voluntary F/RAND Commitments**. June 8, 2022. Disponível em: <https://www.uspto.gov/sites/default/files/documents/SEP2019-Withdrawal.pdf> Acesso em: 20 mai. 2023. USPTO - UNITED STATES PATENT AND TRADEMARK OFFICE. **Innovating ideas around standard essential patents – POSTPONED**. 2022. Disponível em: <https://www.uspto.gov/about-us/events/innovating-ideas-around-standard-essential-patents> Acesso em: 20 mai. 2023.

²⁷ Ver: EUROPEAN COMMISSION. **Intellectual property – new framework for standard-essential patents**. 2023. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/law/better-regulation/have-your-say/initiatives/13109-Intellectual-property-new-framework-for-standard-essential-patents_en Acesso em: 20 mai. 2023.

²⁸ Common Patent Policy for ITU-T/ITU-R/ISO/IEC, 2007.

de patentes, ou direitos similares.²⁹ Desse modo, amplia-se a transparência do processo de normalização e o acesso a todos os usuários e interessado em obter as informações e as licenças. Ainda, com o objetivo de levar em consideração os avanços tecnológicos, a política também se aplica posteriormente à aprovação da norma, quando é possível que se identifiquem patentes essenciais após a adoção da norma.

Observa-se que, embora as organizações recebam as declarações de licenciamento, as negociações que se desenvolvam a partir da adoção da norma, ou mesmo antes, ficam a cargo das partes interessadas (titulares de direitos e usuários das normas), fora do âmbito das organizações.³⁰

Na prática, essa política apresenta algumas limitação e questões que têm sido debatidas entre os profissionais que lidam com o processo de normalização. Segundo indica o documento preparado pela Secretaria do Comitê Permanente sobre o Direito de Patente da Organização Mundial do Comércio (OMPI) ainda de 2009, há ambiguidades no que diz respeito às obrigações dos participantes nesse processo, que tocam tanto as regras concernentes à divulgação como ao licenciamento, as quais ainda remanescem. Ademais, os problemas também são controvertidos em relação aos titulares de direitos de patentes que não participam do processo de normalização.³¹ Esses temas que afetam às normas em matéria de patentes, também, em alguma medida, se replicam em termos de programas de computador protegidos por direitos de propriedade intelectual, conforme se observa a seguir.

²⁹ INTERNATIONAL TELECOMMUNICATIONS UNION. **ITU Patent Database**. Disponível em: <https://www.itu.int/net4/ipr/search.aspx?sector=ITU&class=PS> Acesso em: 20 mai. 2023; INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **Download patent declarations submitted to ISO** (excel spreadsheet). Disponível em: <https://www.iso.org/home.isoDocumentsDownload.do?t=NuFRx8z5hG2ZGpOC9KNxEpOwxRAMywE648EDM8H9ewwQul6WYmNvll4FLbtK7St3&CSRFTOKEN=QKGM-26Z7-W06F-DYGT-XDS9-11EE-M444-G3WD> Acesso em: 20 mai. 2023; INTERNATIONAL ELECTROTECHNICAL COMMISSION. **IEC Patent Database**. Disponível em: https://patents.iec.ch/iec/pa.nsf/pa_h.xsp?v=0 Acesso em: 20 mai. 2023. Ver ainda Common Patent Policy for ITU-T/ITU-R/ISO/IEC, 2007.

³⁰ Ver Common Patent Policy for ITU-T/ITU-R/ISO/IEC, 2007.

³¹ Ver ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA PROPIEDAD INTELECTUAL. Comité Permanente Sobre El Derecho De Patentes. **SCP/13/2. Normas técnicas y patentes**. Documento preparado por la Secretaría. Decimotercera sesión. Ginebra, 23 a 27 de marzo de 2009. Ginebra: OMPI, 18 de febrero de 2009.

3. Políticas de programa de computador

A inclusão de programas de computador protegidos por direitos de propriedade intelectual nas normas técnicas internacionais, especialmente no setor de telecomunicações, é uma situação muito comum. Por conta disso, as organizações internacionais passaram a dar especial atenção ao tema, devido aos impactos negativos em termos de utilização, desenvolvimento e comercialização de produtos e serviços aos quais se deve observar esse tipo de normas.³²

Com o propósito de guiar os comitês técnicos na elaboração de normas técnicas envolvendo programas de computadores, em 2002, a ITU estabeleceu diretrizes de uso de *software* nas normas técnicas. Esse documento sofreu revisões com o passar dos anos e, a última versão foi publicada em 2011.³³ A ISO e a IEC também possuem algumas diretrizes incorporadas em suas Diretivas conjuntas, nas quais são estabelecidas as regras para a elaboração de normas.³⁴

Em relação à ITU, uma das principais preocupação refere-se à inclusão de códigos-fonte ou objeto como requerimento normativo em uma norma. Isso porque pode acabar vinculando uma norma a um *software* específico ou propiciar aplicação única, de maneira a restringir a concorrência. Além disso, a cópia de

³² ITU-T Software Copyright Guidelines, 2011.

³³ INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION. Telecommunication Standardization Sector (ITU-T). **ITU Software Copyright Guidelines (7/12/2011) - applicable as from 13 April 2012**. Genebra: ITU-T, 2011. Ver o histórico das revisions das “Software Copyright Guidelines” em: INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION. Telecommunication Standardization Sector (ITU-T). **Record of revisions to the Software Copyright Guidelines**. Disponível em: <https://www.itu.int/en/ITU-T/ipr/Pages/revsoft.aspx> Acesso em: 20 mai. 2023. Essas diretrizes apresentam semelhanças com as regras adotadas pela: AMERICAN NATIONAL STANDARDS INSTITUTE (ANSI). **ANSI Guidelines on Software in Standards**. EUA: ANSI, 2008. Disponível em:

<https://share.ansi.org/Shared%20Documents/Standards%20Activities/American%20National%20Standards/Procedures,%20Guides,%20and%20Forms/ANSI%20Guidelines%20on%20Software%20in%20Standards.pdf> Acesso em: 20 mai. 2023.

³⁴ STANDARDIZATION; INTERNATIONAL ELECTROTECHNICAL COMMISSION. **ISO/IEC Directives**. Part 2: Principles and rules for the structure and drafting of ISO and IEC documents. 9 ed. Genebra: ISO/IEC, 2021. Disponível em: <https://www.iso.org/sites/directives/current/part2/index.xhtml> Acesso em: 20 mai. 2023. Ver ainda: **ISO/IEC Directives**. 2021.

programas de computador sem autorização pode implicar em infração aos direitos de autor.³⁵

Diante disso, a organização recomenda evitar a utilização de *softwares* proprietários de terceiros nas normas técnicas. Como alternativa, incentiva o desenvolvimento de implementações independentes com base em requisitos de desempenho expressos em termos funcionais e não descritivos. Outra opção muito usada consiste na criação de novas expressões da ideia subjacente ao programa de computador protegido, sem que se infrinjam seus direitos de autor. Ademais, a ITU busca facilitar a adoção de software original desenvolvido de forma colaborativa como parte do processo de normalização.³⁶

Entretanto, muitas vezes, as informações confidenciais vinculadas a um programa de computador são essenciais e, sem elas, o desenvolvimento ao redor do software fica prejudicado. Portanto, mesmo havendo uma tendência a se evitar, por vezes, não há outra opção senão incorporar um *software* proprietário. Nos casos em que isso seja inevitável, busca-se evitar que o programa de computador seja adotado como requerimento normativo, incorporando-o, seja por referência expressa ou indicativa, apenas para fins de informação ou na forma de exemplos. Também são comumente utilizados, para fins de informação e exemplo, pseudocódigos, exemplos de esquemas, de definições de estrutura de dados, de instruções de programação e outros, porém, sempre sem que configurem um requisito da norma. Esses usos também podem exigir a obtenção de prévia autorização.³⁷

Nos casos em que haja necessidade de incorporar o programa, exige-se, por conseguinte, autorização prévia do titular, de modo a evitar que os usuários se vejam impedidos de copiar e se conformar às exigências da norma. Nesse sentido, como condição para a inclusão do *software* na norma, a ITU estabelece que seja apresentada uma declaração de licenciamento³⁸,

³⁵ ITU Software Copyright Guidelines, 2011.

³⁶ ITU Software Copyright Guidelines, 2011.

³⁷ ITU Software Copyright Guidelines, 2011.

³⁸ Essa declaração pode ser consultada em: ITU. **Software Copyright Statement and Licensing Declaration form**. 2012. Disponível em: <https://www.itu.int/oth/T0404000005/en>. Acesso em: 20 mai. 2023.

semelhante à de patentes.

No formulário de declaração são contempladas diversas modalidades de licenciamento, cuja ênfase é dada nos termos e condições razoáveis e não discriminatórios,³⁹ podendo ainda contemplar a gratuidade e reciprocidade, ou não, da licença. Caso o titular recuse licenciar em termos e condições razoáveis e não discriminatórias, a ITU recomenda que não se incorpore o *software* na norma.⁴⁰

Particularmente nos casos em que um software inclua uma marca comercial ou de outro tipo, a Comissão de Estudio e demais partes interessadas deverão cumprir as Diretrizes sobre a utilização de marcas nas Recomendações da UIT-T,⁴¹ as quais se analisam brevemente a seguir.

4. Políticas de marcas

Assim como as patentes e os programas de computador, as marcas também têm sido consideradas temas de preocupação por algumas

³⁹ De modo geral, a ideia de razoabilidade que se aplica tanto aos programas de computador como às patentes está relacionada ao pagamento de royalties como das condições de uso da tecnologia (ver opção 1.4, da declaração de licenciamento em: **ITU Software Copyright Guidelines**, 2011). No caso da expressão “não discriminatória,” significa que o titulares dos direitos não deve negar licenças a diferentes usuários que se situam em posições semelhantes. Tendo em vista que na prática, geralmente, as licenças são negociadas entre o titular e cada um dos licenciados, de forma bilateral, pode ocorrer de resultar em distintas condições para cada um. Nesse sentido, a principal problemática consiste em estabelecer o limite do que é ou não discriminatório.

⁴⁰ A opção são as seguintes: Opção 1.1: O titular dos direitos autorais sobre o software renúncia seus direitos autorais sobre o software. Opção 1.2 – Opção já não disponível na versão de 2011, mas que se encontrava nas *guidelines* de 2005: O titular transfere seus direitos disponíveis necessários para a implementação da norma para o ITU, a qual concederá uma licença livre para um número ilimitado de usuários em escala mundial, sob uma base não discriminatória para reproduzir, modificar, usar e ou distribuir o software para fins de aplicação da norma. Opção 1.3: O titular dos direitos de autor do software concede uma licença sem compensação monetária, observando algumas regras específicas, não sendo necessário que os implementadores contatem com o titular de direitos de autor para obter uma licença. Opção 1.4: O titular concede uma licença sem compensação monetária, observando algumas regras específicas. Nesse caso, poderão ser adicionadas condições razoáveis e não discriminatórias pela licença, portanto, os usuários precisam entrar em contato com o titular. As negociações sobre a licença são deixadas aos interessados e são realizadas fora da ITU. Opção 2: O titular confere uma licença de direitos de autor para avaliação e provas, e um compromisso de licenciamento RAND, de forma que poderão ser adicionadas condições razoáveis e não discriminatórias pela licença. As negociações são deixadas aos interessados e são realizadas fora da ITU. Opção 3: O titular não se dispõe a conceder licenças nos termos das opções anteriores (Ver mais detalhes nos anexos A, B e C da **ITU-T Software Copyright Guidelines**, 2011).

⁴¹ **ITU Software Copyright Guidelines**, 2011.

organizações internacionais de normalização. Com o propósito de nortear seus comitês técnicos a respeito do assunto, a ITU estabeleceu diretrizes relacionadas à inclusão de marcas em suas normas técnicas.⁴²

A principal questão relacionada às normas é que seu uso não consista em uma forma de endossar um serviço ou um produto proprietário em detrimento da concorrência, o que pode ocorrer tanto por meio de referência direta à marca como pela definição de especificações técnicas estritamente vinculadas a determinada marca de produto ou serviço, sem reconhecer o uso de alternativas tecnológicas. Considerando que casos como esses podem ser muito prejudiciais à concorrência, a diretriz principal é que não se incorporem marcas nas normas técnicas da ITU.⁴³

Contudo, em determinadas circunstâncias, a utilização de marcas revela-se necessária, como para fazer referência a uma tecnologia padrão ou normalizada, por exemplo, às tecnologias de telefonia móvel GSM e de rede sem fio WiFi, ou mesmo para indicar outra norma técnica. Quando isso for necessário, a referência à marca no texto da norma deve ser feita de modo a não causar confusão. Se o emprego da marca possa confundir o usuário de uma norma, levando-o a pensar que existe uma associação entre uma marca e determinado produto, serviço ou tecnologia, nessa situação o uso da marca deve ser reconsiderado. Nos casos em que o uso de uma marca é tal que acaba por exigir licença, a marca não deve ser utilizada.⁴⁴

A ISO e a IEC também possuem algumas diretrizes concernentes às marcas incluídas nas normas. De acordo com as regras dessas organizações, a correta designação ou descrição de um produto deve ser dada ao invés de um

⁴² INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION. Telecommunication Standardization Sector (ITU-T). **ITU-T Guidelines related to the inclusion of marks in ITU-T Recommendations. Issue 2.0 – November 2005.** Disponível em: <https://www.itu.int/oth/T0404000006/en> Acesso em: 20 mai. 2023. Ver ainda AMERICAN NATIONAL STANDARDS INSTITUTE. **ANSI Guidelines on Embedded Trademarks.** EUA: ANSI, 2008. Disponível em: <https://share.ansi.org/Shared%20Documents/Standards%20Activities/American%20National%20Standards/Procedures,%20Guides,%20and%20Forms/ANSI%20Guidelines%20on%20Embedded%20Trademark.pdf> Acesso em: 20 mai. 2023.

⁴³ **ITU-T Guidelines related to the inclusion of marks in ITU-T Recommendations**, 2005.

⁴⁴ **ITU-T Guidelines related to the inclusion of marks in ITU-T Recommendations**, 2005.

nome comercial ou marca. O uso de nomes comerciais ou marcas de um determinado produto devem, sempre que possível, ser evitado, mesmo que sejam de uso comum. Porém, sendo inevitável, a natureza do produto cuja marca faz referência excepcionalmente deve ser indicada. Contudo, se for possível, deve-se evitar a especificação de equipamento manufaturado por um único produtor.⁴⁵

Nos casos em que se inclui na norma internacional uma marca que associa determinada tecnologia, distintamente do que ocorre em relação às patentes e aos programas de computador, as organizações não apresentam regras pertinentes ao licenciamento. Assim, o titular de uma marca que seja incorporada em determinada norma técnica não é chamado a se manifestar em relação à licença de uso para fins de aplicação da norma, salvo se a tecnologia relacionada à marca envolver patentes ou programas de computador protegidos.

No que diz respeito às marcas próprias das organizações internacionais, sua proteção é assegurada conforme o artigo 6^{ter} da Convenção de Paris. Nesse sentido, elas resguardam seus direitos sobre o nome, logos e outras marcas que venham ser criadas.⁴⁶

Considerações finais

As políticas de propriedade intelectual instituídas por algumas organizações internacionais de normalização revelam a preocupação e os esforços das organizações no sentido de promover a harmonização das normas técnicas em escala mundial e, assim, facilitar o comércio e a transferência internacional de tecnologia. Esse esforço em buscar um adequado equilíbrio entre os diversos interesses envolvidos no processo de normalização, busca resguardar as regras e princípios do comércio internacional, junto com minimizar algumas tensões inerentes à relação entre normalização técnica e propriedade intelectual que afetam negativamente o comércio. Contudo, elas apresentam limitações e não alcançam mitigar todos os problemas envolvidos nesse cenário,

⁴⁵ Numeral 31, **ISO/IEC Directives**, Part 2, 2021.

⁴⁶ Ver **ITU-T Guidelines related to the inclusion of marks in ITU-T Recommendations**, 2005.

principalmente porque são políticas não vinculantes internacionalmente.

Na prática, a falta de obrigatoriedade e força coercitiva, dificulta sua adoção e observância no plano doméstico. Ademais, as interpretações feitas pelas distintas partes envolvidas, por exemplo, a respeito do princípio da negociação justa, razoável e não discriminatória também representam uma dificuldade para a adoção de tais medidas, pois na maioria das vezes as interpretações são diferenciadas e incompatíveis com as necessidades dos interessados em obter a licença para se adequar às normas técnicas internacionais – as quais muitas vezes são vinculantes no âmbito doméstico ao se converterem em referências em regulamentos técnicos nacionais. Essas questões e as ambiguidades relativas às obrigações dos participantes no processo de normalização internacional podem dar lugar a conflitos graves uma vez que as normas sejam adotadas.⁴⁷

O grande desafio dessas políticas consiste em alcançar um adequado equilíbrio entre os interesses individuais e os coletivos envolvidos. Se a política for demasiadamente favorável aos titulares de tecnologias proprietárias, coloca-se em risco a aplicação geral da norma técnica. Se ela for excessivamente estrita aos titulares de tecnologia, pode desincentivar sua colaboração na criação de normas técnicas e elevar os custos do processo de normalização internacional.⁴⁸

Portanto, apesar de que essas políticas busquem mitigar os problemas afetos à normalização internacional, são muitas as questões que emergem e que precisam ser avaliadas e solucionadas, especialmente desde a perspectiva nacional, com o objetivo de facilitar o comércio internacional e promover a concorrência leal, a transferência internacional de tecnologias e, por conseguinte, o desenvolvimento das nações.

Cabe destacar que desde a perspectiva das normas multilaterais de

⁴⁷ Cientes de uma necessidade de constante acompanhamento e revisão dessas políticas e dos mecanismos de sua implementação, o Telecommunication Standardization Bureau (TSB) da ITU criou um Grupo ad hoc de Propriedade Intelectual com o mandato de servir como um foro para intercâmbio de visões de especialistas sobre as questões de direitos de propriedade intelectual relacionadas às normas técnicas. Neste âmbito, são debatidas e revisadas essas diretrizes aplicáveis ao tema.

⁴⁸ Ver OMPI, **SCP/13/2 Prov.**, 2009, p. 32-33.

comércio, as políticas de propriedade intelectual das organizações internacionais não eliminam as dificuldades dos países Membros da OMC em conciliar os compromissos assumidos nos acordos comerciais – como o TBT, SPS e GATS -, especialmente no que se refere à normalização técnica. Isso porque se os países buscarem adotar incondicionalmente normas internacionais que envolvam tecnologias protegidas por direitos de propriedade intelectual podem criar obstáculos desnecessários ao comércio, tanto doméstico como internacional, e tornar insustentável o desenvolvimento nacional.

Diante desse complexo cenário, como forma para buscar abrandar os problemas inerentes às normas técnicas internacionais que envolvam direitos de propriedade intelectual, os países têm adotado distintas medidas pautadas nas flexibilidades contidas nos acordos da OMC: de um lado, flexibilizando os direitos de propriedade intelectual quando associados às normas técnicas, como se observa nos Estados Unidos⁴⁹, Japão, China e União Europeia; de outro, flexibilizando os acordos TBT, SPS e GATS, optando pela não adoção de algumas normas técnicas internacionais⁵⁰.

Referências

AMERICAN NATIONAL STANDARDS INSTITUTE (ANSI). **ANSI Guidelines on Software in Standards**. EUA: ANSI, 2008. Disponível em: <https://share.ansi.org/Shared%20Documents/Standards%20Activities/American%20National%20Standards/Procedures,%20Guides,%20and%20Forms/ANSI%20Guidelines%20on%20Software%20in%20Standards.pdf> Acesso em: 20 mai. 2023.

AMERICAN NATIONAL STANDARDS INSTITUTE. **ANSI Guidelines on Embedded Trademarks**. EUA: ANSI, 2008. Disponível em: [https://share.ansi.org/Shared%20Documents/Standards%20Activities/American%20National%20Standards/Procedures,%20Guides,%20and%20Forms/ANSI%](https://share.ansi.org/Shared%20Documents/Standards%20Activities/American%20National%20Standards/Procedures,%20Guides,%20and%20Forms/ANSI%20Guidelines%20on%20Software%20in%20Standards.pdf)

⁴⁹ Sobre o histórico de políticas de propriedade intelectual no âmbito das organizações de normalização nos Estados Unidos, ver WILLINGMYRE, George. **History of the Patent Policy of the American National Standards Institute**. 2014.

⁵⁰ Sobre o tema ver: ZIBETTI, Fabíola Wüst. **Relação entre normalização técnica e propriedade intelectual no ordenamento jurídico do comércio internacional**. 2012. Tese (Doutorado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

20Guidelines%20on%20Embedded%20Trademark.pdf Acesso em: 20 mai. 2023.

Bosworth, D. Scott; Mangum III, Russell W.; Matolo, Eric C. (Ed.). **FRAND Commitments and Royalties for Standard Essential Patents**: Standard Essential Patents and Competition Issues. Singapore: Springer, 2018.

CODEX ALIMENTARIUS COMMISSION. Joint FAO/WHO Food Standards Programme. Codex Committee on General Principles. **Matters Arising From The Codex Alimentarius Commission And Other Codex Committees**. CX/GP 12/27/2-Add.1. Twenty-seventh Session, Paris, France, 2 – 6 April 2012. Disponível em: https://www.fao.org/fao-who-codexalimentarius/sh-proxy/en/?lnk=1&url=https%253A%252F%252Fworkspace.fao.org%252Fsites%252Fcodex%252FShared%2BDocuments%252FArchive%252FMeetings%252FCCGP%252Fccgp27%252Fgp27_02_Add1e.pdf Acesso em: 20 mai. 2023.

CODEX ALIMENTARIUS COMMISSION. Joint FAO/WHO Food Standards Programme. **Questions raised by the Codex Committee on Milk and Milk Products** (Sixth Session, Auckland, New Zealand, 26-30 April 2004). Twenty-eighth Session, FAO Headquarters, Rome, 4 – 9 July 2005. Disponível em: https://www.fao.org/fao-who-codexalimentarius/sh-proxy/en/?lnk=1&url=https%253A%252F%252Fworkspace.fao.org%252Fsites%252Fcodex%252FShared%2BDocuments%252FArchive%252FMeetings%252FCAC%252Fcac28%252Fif28_16e.pdf Acesso em: 20 mai. 2023.

COMITÉ CONSULTATIF INTERNATIONAL TÉLÉGRAPHIQUE ET TÉLÉPHONIQUE. CCITT Circular n. 183, A. 29/11, 3 December 1975. **Uniformization of Patent Policy within the various CCITT Study Groups**. Genève: ITU-T – CCITT, 1975.

COMITÉ CONSULTATIF INTERNATIONAL TÉLÉGRAPHIQUE ET TÉLÉPHONIQUE. Special Study Group S. Temporary Document n. 5-E. **Extract of the Report of the meeting of CCITT Study Group**. Annex 4 – Statement on CCITT Patent Policy. Geneva, 1-3 September 1987. Geneva, 7-16 December 1987.

COMITÉ CONSULTATIF INTERNATIONAL TÉLÉGRAPHIQUE ET TÉLÉPHONIQUE. VI Plenary Assembly. Document n° 60. **Patent Policy**. Genebra: CCITT, 1976.

COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES. COM(92) 445 final. **Communication from de Commission: Intellectual property rights and standardisation**. Bruxelas: 27 October 1992. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:1992:0445:FIN:EN:PDF> Acesso em: 20 mai. 2023.

EUROPEAN COMMISSION. **Intellectual property – new framework for standard-essential patents**. 2023. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/law/better-regulation/have-your-say/initiatives/13109-Intellectual-property-new-framework-for-standard-essential-patents_en Acesso em: 20 mai. 2023.

EUROPEAN COMMUNITY. **European Community Position on the Proposal for a Standard on Parmesan Cheese**. Agenda item 13, ALINORM 05/28/9D Add.1. European Community vote. Codex Alimentarius Commission (28th Session), Rome, 4-6 July 2005. 22 June 2005.

GONZÁLEZ ULLOA, Adán Carlos. **Las patentes esenciales en los estándares tecnológicos: prevención y reacción frente a las conductas oportunistas**. Navarra: Thomson Reuters Aranzadi, 2021.

INTERNATIONAL ELECTROTECHNICAL COMMISSION. **IEC Patent Database**. Disponível em: https://patents.iec.ch/iec/pa.nsf/pa_h.xsp?v=0 Acesso em: 20 mai. 2023. Ver ainda Common Patent Policy for ITU-T/ITU-R/ISO/IEC, 2007.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **Download patent declarations submitted to ISO** (excel spreadsheet). Disponível em: <https://www.iso.org/home.isoDocumentsDownload.do?t=NuFRx8z5hG2ZGpOC9KNxEpOwxRAMywE648EDM8H9ewwQul6WYmNvII4FLbtK7St3&CSRFTOKEN=QKGM-26Z7-W06F-DYGT-XDS9-11EE-M444-G3WD> Acesso em: 20 mai. 2023.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION;
INTERNATIONAL ELECTROTECHNICAL COMMISSION. **ISO/IEC Directives. Part 1: Procedures for the technical work**. 17 ed. Genebra: ISO/IEC, 2021. Disponível em: https://www.iec.ch/members_experts/refdocs/iec/isoiecd1%7Bed17.0%7Den.pdf Acesso em: 20 mai. 2023.

INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION. Telecommunication Standardization Sector (ITU-T). **ITU Software Copyright Guidelines (7/12/2011) - applicable as from 13 April 2012**. Genebra: ITU-T, 2011.

INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION. Telecommunication Standardization Sector (ITU-T). **Record of revisions to the Software Copyright Guidelines**. Disponível em: <https://www.itu.int/en/ITU-T/ipr/Pages/revsoft.aspx> Acesso em: 20 mai. 2023.

INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION. Telecommunication Standardization Sector (ITU-T). **ITU-T Guidelines related to the inclusion of marks in ITU-T Recommendations. Issue 2.0 – November 2005**. Disponível em: <https://www.itu.int/oth/T0404000006/en> Acesso em: 20 mai. 2023.

INTERNATIONAL TELECOMMUNICATIONS UNION. **Intellectual Property Rights (IPRs)**. Disponível em: <https://www.itu.int/en/ITU-T/ipr/Pages/default.aspx> Acesso em: 20 mai. 2023.

INTERNATIONAL TELECOMMUNICATIONS UNION. **ITU Patent Database**. Disponível em: <https://www.itu.int/net4/ipr/search.aspx?sector=ITU&class=PS> Acesso em: 20 mai. 2023.

INTERNATIONAL TELECOMMUNICATIONS UNION; INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION; INTERNATIONAL ELECTROTECHNICAL COMMISSION. **Common Patent Policy for ITU-T/ITU-R/ISO/IEC**. 2007. Disponível em: <https://www.itu.int/en/ITU-T/ipr/Pages/policy.aspx> Acesso em: 20 mai. 2023.

ITU. **Software Copyright Statement and Licensing Declaration form**. 2012. Disponível em: <https://www.itu.int/oth/T0404000005/en> Acesso em: 20 mai. 2023.

ITU-T/ITU-R/ISO/IEC. **Guidelines for Implementation of the Common Patent Policy for ITU-T/ITU-R/ISO/IEC** (applicable as from 16 December 2022). Disponível em: <https://www.itu.int/oth/T0404000001/en> Acesso em: 20 mai. 2023.

ITU-T/ITU-R/ISO/IEC. **Patent Statement and Licensing Declaration form** (2 November 2018). Disponível em: <https://www.itu.int/oth/T0404000002/en> Acesso em: 20 mai. 2023.

MATSUSHITA, Mitsuo; SCHOENBAUM, Thomas J.; MAVROIDIS, Petros C. **The World Trade Organization: Law, Practice, and Policy**. New York: Oxford University Press, 2006.

OMC - ORGANIZACIÓN MUNIAL DEL COMERCIO. **Acuerdo Sobre Obstáculos Técnicos al Comercio**. 1994. Disponível em: https://www.wto.org/spanish/docs_s/legal_s/17-tbt.pdf Acesso em: 20 mai. 2023.

OMC. **Acuerdo General Sobre El Comercio De Servicios**. 1994. Disponível em: https://www.wto.org/spanish/docs_s/legal_s/26-gats.pdf Acesso em: 20 mai. 2023.

OMC. **Acuerdo Sobre la Aplicación de Medidas Sanitarias y Fitosanitarias**. 1994. Disponível em: https://www.wto.org/spanish/docs_s/legal_s/15-sps.pdf Acesso em: 20 mai. 2023.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA PROPIEDAD INTELECTUAL. Comité Permanente Sobre El Derecho De Patentes. **SCP/13/2. Normas técnicas y patentes**. Documento preparado por la Secretaría. Decimotercera sesión. Ginebra, 23 a 27 de marzo de 2009. Ginebra: OMPI, 18 de febrero de 2009.

SAMUELSON, Pamela. Questioning Copyrights in Standards. **Intellectual Property Law Review**. St. Paul, Thomson West, pp. 445-476, 2007.

STANDARDIZATION; INTERNATIONAL ELECTROTECHNICAL COMMISSION. **ISO/IEC Directives**. Part 2: Principles and rules for the structure and drafting of ISO and IEC documents. 9 ed. Ginebra: ISO/IEC, 2021. Disponível em:
<https://www.iso.org/sites/directives/current/part2/index.xhtml> Acesso em: 20 mai. 2023.

US WHITE HOUSE. Executive Office of the President. **Patent Assertion And U.S. Innovation**. June 2013. Disponível em:
https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/docs/patent_report.pdf Acesso em: 20 mai. 2023.

USPTO - U.S. PATENT AND TRADEMARK OFFICE; NIST - NATIONAL INSTITUTE OF STANDARDS TECHNOLOGY; DOJ - U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE, Antitrust Division. **Withdrawal Of 2019 Policy Statement on Remedies For Standards-Essential Patents Subject To Voluntary F/RAND Commitments**. June 8, 2022. Disponível em:
<https://www.uspto.gov/sites/default/files/documents/SEP2019-Withdrawal.pdf> Acesso em: 20 mai. 2023.

USPTO - UNITED STATES PATENT AND TRADEMARK OFFICE. **Innovating ideas around standard essential patents – POSTPONED**. 2022. Disponível em: <https://www.uspto.gov/about-us/events/innovating-ideas-around-standard-essential-patents> Acesso em: 20 mai. 2023.

WILLINGMYRE, George. **History of the Patent Policy of the American National Standards Institute**. 2014. Disponível em:
https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2451165 Acesso em: 20 mai. 2023.

ZIBETTI, F.W.; PILAU SOBRINHO, L.L.; GARCIA, M.L. A obrigatoriedade das normas técnicas internacionais no âmbito do Sistema Multilateral de Comércio. **Sequência**, v. 39, p. 169-194, 2018.

ZIBETTI, Fabíola Wüst. **Relação entre normalização técnica e propriedade intelectual no ordenamento jurídico do comércio internacional**. 2012. Tese (Doutorado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ZIBETTI, Fabíola Wüst; BRUCH, Kelly Lissandra. La tensión inherente a la relación entre los derechos de propiedad intelectual y las normas técnicas: alternativas a las organizaciones de normalización en el sector vitivinícola. In: **33º World Congress of Vine and Wine Proceedings**. 8th General Assembly of the OIV. Tbilisi, 2010, vol. OR.III.